



Artigo Científico

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA MULHER NEGRA ATRAVÉS DOS PAPÉIS SOCIAIS E OCUPACIONAIS DESEMPENHADOS NA SOCIEDADE

The construction of black women's identity through social and occupational roles played in society

Raíssa da Costa Cardozo de Oliveira^{1*} (0009-0003-6492-2792)

Lícia Helena de Oliveira Medeiros¹ (0000-0002-1941-0021)

¹ Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, *campus* Realengo. R. Prof. Carlos Wenceslau, 343, Realengo, Rio de Janeiro, RJ. CEP: 21710-240

Submetido em: 23.04.2026; Aceito em: 23.06.2026; Publicado em: 06.08.2026.

***Autor para correspondência:** raissaoliveirato@gmail.com

Resumo: O presente estudo apresenta uma revisão narrativa da literatura a respeito da construção da identidade da mulher negra a partir dos papéis sociais e ocupacionais desempenhados na sociedade. São destinados à mulher, social e culturalmente, uma série de tarefas no âmbito familiar, as quais compõem o trabalho doméstico e o trabalho reprodutivo. As mudanças do sistema de produção capitalista e a inserção da mulher na educação fomentam o ingresso feminina no mercado de trabalho. Naturaliza-se, assim, múltiplas formas de trabalho feminino. As condições de inserção não são as mesmas para mulheres brancas e negras, pois a raça se caracteriza enquanto marcador social que junto ao gênero e a classe exprimem relações sociais de desigualdade. A mulher, então, não exerce seu poder de escolha sobre os próprios papéis e ocupações, interferindo, assim, na construção da sua identidade. A Terapia Ocupacional pode contribuir por meio da promoção da justiça ocupacional, apoiando políticas, ações e leis que permitam que todos os sujeitos se envolvam plenamente nas ocupações que trazem significado e propósito às suas vidas.

Palavras-chave: mulher, papéis de gênero, trabalho, identidade própria.

Abstract: This study presents a narrative review of the literature on the construction of Black women's identity based on the social and occupational roles they play in society. Women are assigned, socially and culturally, a series of tasks within the family, which comprise domestic work and reproductive work. Changes in the capitalist production system and the inclusion of women in education encourage female entry into the job market. This naturalizes multiple forms of female work. The conditions of insertion are not the same for white and black women, as race is characterized as a social marker that, together with gender and class, expresses social relations of inequality. Women, then, do not exercise their power of choice over their own roles and occupations, thus interfering in the construction of their identity. Occupational Therapy can contribute by promoting occupational justice, supporting policies, actions and laws that allow all subjects to fully engage in occupations that bring meaning and purpose to their lives.

Keywords: woman, gender roles, work, own identity.

INTRODUÇÃO

O sistema econômico capitalista se desenvolve e se moderniza com o passar do tempo a fim de sustentar sua lógica de exploração. É possível citar a revolução industrial, enquanto catalisador que impulsionou uma série de transformações no mundo do trabalho. Transformações essas que resultaram da separação entre economia doméstica e economia pública refletindo na organização da estrutura e dinâmica familiar e estabelecendo o paradigma da divisão social do trabalho (FEDERICI, 2021).

Além do modelo capitalista as sociedades contemporâneas estão fundamentadas sob um sistema patriarcal, o qual, se estabelece estruturalmente através da cultura, política, economia e religião (CASTELLS, *apud*, HAHN & MACHADO, p. 69, 2012). O patriarcalismo media as relações de gênero, colocando a mulher em uma posição de submissão em relação ao homem, essa hierarquia de gênero dentro e fora do lar trazem à luz uma “divisão sexual do trabalho”. Na vida privada são designados, culturalmente, a mulher uma série de afazeres como: cozinhar, lavar a louça, lavar as roupas, varrer o chão, ir às compras etc. Juntos, esse conjunto de afazeres são conhecidos como “tarefas domésticas” ou trabalho doméstico, o qual, para o capitalismo é uma forma de trabalho inferior por não gerar lucro (DAVIS, p. 225, 1981).

Tanto em países “desenvolvidos” quanto em países “subdesenvolvidos”, a família e o trabalho doméstico são os pilares do sistema capitalista (FEDERICI, 2021). Pilares estes, sustentados em primeira instância pelas mulheres, pois, segundo Davis (1981), o trabalho doméstico, no qual se inclui o trabalho reprodutivo (reposição da força de trabalho), “não é parte do processo de produção social, mas seu pré-requisito”.

Com relação ao trabalho reprodutivo, o mesmo consiste em dar à luz, criar e disciplinar uma nova geração de trabalhadores e essa forma de trabalho requer uma série de tarefas domésticas. É esperado que as mulheres cumpram as obrigações maternas disponibilizando uma “mão de obra bem disciplinada” para nutrir todos os estágios do desenvolvimento capitalista. (FEDERICI, 2021).

Para Federici (2021) e Davis (1981) o trabalho doméstico está atrelado a um modelo universal de “feminilidade”, as “habilidades domésticas” são vistas como uma vocação da mulher adquirida ao nascer.

Contudo, o que se entende como fisiológico é influenciado pelo “filtro de mediação social e cultural” (FEDERICI, 2021).

Essa ideia é defendida ainda por Gonzalez (2020), em um de seus textos a autora destaca que o racismo articulado com o sexismo enraizados na cultura, produzem “efeitos violentos sobre a mulher negra em particular”. Há uma herança escravagista que tende a aprisionar essa população em um lugar social de doméstica e “mãe preta” a partir de uma visão biologizante naturalizada pelo racismo.

As relações ideológicas e políticas do capitalismo apontam para uma hegemonia racial que opera por meio do racismo, produzindo, além da divisão sexual do trabalho, uma divisão racial do trabalho que determina as relações de poder, produção e distribuição entre os brancos e não brancos, homens e mulheres (GONZALEZ, 2020; EVARISTO, 2020). É possível dizer que a feminilidade não é uma característica atribuída a mulheres negras, ao invés disso, são colocadas em um lugar de provedoras da família tanto quanto os homens negros fazendo-as carregar simultaneamente o fardo do trabalho assalariado, do trabalho doméstico e do trabalho reprodutivo (GONZALEZ, 2020; DAVIS, 1981; CARNEIRO, 2020). Além do trabalho doméstico de suas próprias casas, as mulheres negras são levadas a cumprir afazeres domésticos na casa de mulheres brancas. Essa carga de trabalho, por vezes, as força a negligenciar sua casa e seus filhos (DAVIS, 1981).

Ao decorrer da vida, o trabalho doméstico e/ou o trabalho reprodutivo (materno) podem se tornar as ocupações principais da mulher se difundindo a sua personalidade de maneira que não seja mais possível desvincular o sujeito do seu trabalho (DAVIS, 1981). Além do trabalho doméstico e reprodutivo, espera-se que a mulher moderna esteja inserida no mercado de trabalho a fim de prover o sustento ou de acrescentar a renda familiar. Dessa forma, se naturaliza múltiplas formas de trabalho, papéis e ocupações destinados à mulher, os quais influenciam na construção da identidade desses sujeitos (LAGES *et al.*, 2005).

De acordo com a American Occupational Therapy Association (AOTA) (2015) a identidade dos sujeitos é influenciada por uma série de fatores dos quais é possível citar os fatores pessoais do sujeito, as ocupações, as condições sociais e contextos nos quais os indivíduos estão inseridos. O contexto cultural, por exemplo, por vias de crença, padrões de comportamento, expectativas da sociedade pode influenciar na escolha das atividades. Já o contexto ambiental interfere no acesso às ocupações influenciando na qualidade e na satisfação frente ao desempenho (AOTA, 2015, p. 9). Outrossim, os determinantes sociais ou marcadores sociais estruturais que correspondem a distribuição de renda, riqueza, poder e prestígio, a estrutura de classes sociais, as relações o gênero, a raça/cor ou etnia ou deficiências, dentre outros (CARVALHO, 2013), influenciam a oportunidade de escolha e na participação nas ocupações (BEZERRA, 2013; AOTA, 2015).

Cenário brasileiro

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) recolhidos no ano de 2022, referente ao trabalho doméstico e/ou cuidado de pessoas, as mulheres trabalham 21,3 horas semanais ao passo que os homens trabalham 11,7 horas. Esses números mudam ainda mais se comparado a mulheres negras e pardas que exercem 1,6 horas a mais nos afazeres domésticos. Com relação ao mercado de trabalho, a taxa de participação feminina é de 53,3% enquanto os homens representam 73,2%. Especificamente no trabalho informal as mulheres representam 39,6% contra 37,3% dos trabalhadores do Brasil. As mulheres pretas e pardas representam 45,6% dos trabalhadores informais, sendo esse um número elevado se comparado a taxa de 30,7% de homens brancos exercendo a mesma categoria de trabalho.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) em dezembro de 2023, 91,1% dos empregados domésticos no Brasil são mulheres, ao passo que apenas 8,9% são homens. Das mulheres, a grande maioria são negras com média de 49 anos, das quais apenas $\frac{1}{3}$ têm carteira assinada recebendo em média um salário mínimo.

No livro “Escrivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo”, segundo Duarte e Nunes (2020), é possível refletir através de experiências concretas autobiográficas de Conceição Evaristo a respeito da raça enquanto um dos fatores de “mediação social” que estabelece culturalmente uma relação da mulher negra com o “servir” e “cuidar” que não as reconhecem além desses papéis. A autora pontua que historicamente, o trabalho doméstico é inserido na vida dessas mulheres de forma precoce, ainda na infância, trabalho esse naturalizado e inviabilizado ao longo de suas vidas. As mulheres negras, segundo Evaristo, mesmo sendo “cabeça da família” não estão livres da dominação machista tanto dos homens da família quanto dos seus patrões.

A ideia da mulher negra “mestra da família” também é apresentada por Theodoro (2019), segundo a autora após a escravidão os homens negros ficaram sem meios de sustentar suas famílias, restando as mulheres negra assumir o trabalho doméstico dos lares de famílias abastadas, além de serem responsabilizadas pela subsistência dos seus familiares, se tornando, assim, “grandes batalhadoras” ainda exploradas.

Gonzalez (2020) faz em seu livro “Por um Feminismo Afro-Latino-Americano”, a análise de alguns dados semelhantes aos expostos acima referentes à década de 80 sobre o trabalho no Brasil, a autora conclui que a mulher negra “é o segmento mais oprimido e explorado da sociedade brasileira”. Semelhantemente, para Hooks (2015), às mulheres negras, além de ocuparem o primeiro degrau na escada do trabalho tendo uma condição social inferior a outros grupos, ainda suportam as mazelas da opressão machista, racista e classista.

Em um de seus textos, Carneiro (2020) escreve “ fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto”. A autora aponta que as mulheres negras não tiveram a mesma experiência histórica que as mulheres brancas, sendo assim, o discurso clássico sobre a opressão feminina não incorpora a opressão sofrida pelas mulheres negras no Brasil. O feminismo branco ocidental não integra especificidades raciais, étnicas, religiosas, culturais e de classe social, por sua vez estabelece uma “hegemonia que anula a diversidade” (CARNEIRO, 2020).

A exposição desses dados no presente trabalho, se dá, portanto, pela necessidade de evidenciar o atravessamento dos marcadores sociais de gênero, raça e classe social enquanto precursores da divisão social do trabalho no território brasileiro. Tendo em vista a importância da natureza do trabalho dos sujeitos e da identidade ocupacional para uma vida saudável, produtiva e satisfatória (UNRUH, *apud*, AOTA, p. 3, 2015), esse estudo tem como objetivo entender como os papéis sociais e ocupacionais que a mulher negra ocupa na sociedade influenciam na sua identidade.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo foi adaptado do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) desenvolvido no curso de Terapia Ocupacional do Instituto Federal do Rio de Janeiro, no ano de 2025. Trata-se de uma pesquisa narrativa que segue uma abordagem metodológica qualitativa. Inicialmente, foi elaborado um plano de trabalho, com estratégias e objetivos ligados a uma questão central de pesquisa: “Como é construída a identidade da mulher a partir dos papéis sociais e ocupacionais desempenhados na sociedade?” Após a observação de dados atualizados correspondentes a população brasileira, surgiu o interesse de reconfigurar a pergunta central de pesquisa adicionando um recorte de raça: “ Como é construída a identidade da mulher negra a partir dos papéis sociais e ocupacionais desempenhados na sociedade?”

Posteriormente, a busca da literatura foi realizada através das bases de dados dos Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e foi conduzida nos idiomas, inglês, português e espanhol, com aplicação do filtro de acesso aberto, abrangendo o intervalo temporal de 2013 a 2023 na primeira estratégia e o intervalo de 2003 a 2023 na segunda, o qual se justifica pela escassez de trabalhos recentes produzidos no âmbito da terapia ocupacional sobre o tema escolhido. A pesquisa se concentrou no período de junho de 2024 a novembro de 2024.

A seleção se deu em duas etapas, na primeira estratégia aplicaram-se inicialmente os termos de pesquisa: “mulher” AND “papéis de gênero” AND “trabalho” AND “identidade”, em seguida foi acrescido o termo AND “raça” a essa estratégia como tentativa de encontrar material referente a população alvo do estudo (quadro 1). Na segunda etapa, além dos termos já citados foram acrescentados os termos “terapia ocupacional”, “construção social da identidade” e “papéis sociais” dispostos de formas variadas com operadores booleanos “AND” para trazer especificação e refinar os resultados no assunto em questão e “OR” para que os termos fossem encontrados simultaneamente, além de sinônimos e termos relacionados.

Os critérios de inclusão foram: livre acesso ao material científico, escritos nos idiomas português, espanhol e inglês, artigos desenvolvidos a partir do contexto brasileiro, produções referentes à população alvo do estudo, artigos que abordassem o objeto central da pesquisa, produções restritas ao período temporal de 2003 a 2023.

Após a busca foram encontrados ao todo 99 artigos, dos quais, 6 foram excluídos por duplicidade, 5 foram incluídos e 88 excluídos por não se alinharem com o tema central do estudo.

Embora fosse do interesse verificar os trabalhos da terapia ocupacional nesse contexto, foi observada uma lacuna, pois os materiais encontrados na pesquisa não corresponderam aos critérios de inclusão. Todos os resultados utilizados neste trabalho, portanto, são referentes à primeira etapa de busca.

Os resultados serão dispostos no modelo de quadros descritivos, a fim de facilitar a análise (Quadros 1-3).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa realizada teve como foco o tema central, e foram utilizadas nessa etapa duas estratégias de busca, a fim de obter maior número de materiais referentes à população foco do estudo. O que difere a segunda estratégia da primeira é a inclusão da palavra “raça”.

Quadro 1. Base de dados, estratégia de busca, resultados e amostra.

Bases de Dados	Estratégia de busca	Resultados	Amostra
BVS	“mulher” AND “papéis de gênero” AND “trabalho” AND “identidade”	33	3
CAPES	“mulher” AND “papéis de gênero” AND “trabalho” AND “identidade”	19	2
BVS	“mulher” AND “raça” AND “trabalho” AND “identidade” AND “papéis de gênero”	4	1
CAPES	“mulher” AND “raça” AND “trabalho” AND “identidade” AND “papéis de gênero”	1	0
Total:		57	6

Fonte: BVS = Biblioteca Virtual em Saúde; CAPES = Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Fonte:** elaboração da autora, 2025.

A palavra-chave “raça” foi determinada com base nos Descritores em Ciência da Saúde (DeCS). É importante pontuar que a única amostra encontrada a partir da inclusão do descritor “raça”, também apareceu na primeira estratégia de busca feita através da BVS sem o mesmo descritor. Sendo assim, o número final de amostras encontradas nessa etapa foi 5.

Foi observado que os materiais encontrados pertencem a diferentes campos profissionais, o que garante que o presente trabalho contará com referencial teórico diverso a respeito de um tema relevante para outras áreas de atuação profissional.

Referente à temporalidade dos estudos, observa-se uma distribuição variada ao longo dos anos. O texto mais recente foi publicado no ano de 2021. Essa distribuição de trabalhos ao longo dos anos pode indicar a relevância atemporal do assunto em questão.

Quadro 2. Título, ano de publicação, autor, local da publicação e campo profissional.

Nº	Título	Ano de publicação	Autoras	Local da publicação	Campo profissional
1	Papéis de gênero e divisão das tarefas, domésticas segundo gênero e cor no Brasil: outros olhares sobre as desigualdades	2021	Picanço, Felícia; Araújo, Clara Maria de Oliveira; Covre-Sussai, Maira.	Revista Brasileira de Estudos de População	Sociologia
2	Trabalhadora e mãe: papéis, identidade, consciência política e democracia	2015	Puccini, Beatriz Cicala; Aron, Mariana Luzia; Santiago, Evelyn Barreto.	Periódicos da Associação Brasileira de Psicologia Política	Psicologia Política
3	Ser mãe e enfermeira: questões sobre gênero e a sobreposição de papéis sociais	2017	Rodrigues, Bruna Caroline; Lima, Muriel Fernanda de; Neto, Bruno Maschio; Oliveira, Graziela Lopes de; Corrêa, Aurea Christina de Paula; Higarashi, Ieda Harumi.	Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste	Enfermagem
4	Mudanças nas trajetórias de vida e identidades de mulheres na contemporaneidade	2013	Borges, Carolina de Campos.	Psicologia em Estudo	Psicologia
5	A identidade da mulher na obra pedaços da fome, de Carolina Maria de Jesus	2019	Cristiane Viana da Silva Fronza, Maria Edileuza da Costa	Revista de Estudos Literários (IPOTESI)	Letras

Fonte: elaboração da autora, 2025.

Além disso, todas as obras têm como autoria principal um nome feminino, aparecendo apenas um nome masculino como colaborador. É possível que isso se dê pela importância e relevância desse assunto para as mulheres, sendo a produção acadêmica uma forma de trazer à luz questões que atravessam suas próprias vivências.

Ao analisar a amostra, foi observado que a percepção da desigualdade de gênero cultural e socialmente estabelecida na sociedade brasileira, aparece nos cinco artigos. Além disso, todos abordam sobre o processo de divisão sexual do trabalho do âmbito público e privado, mesmo quem não utiliza essa terminologia. Também é possível encontrar, em toda a amostra, contribuições referentes à construção da identidade da mulher com base nos papéis sociais e ocupações exercidas. No entanto, apenas um artigo faz essa análise considerando o fator raça enquanto variável determinante na divisão desses papéis, o qual apresenta dados relevantes para comprovar essa afirmação.



A história foi escrita sob a ótica da masculinidade hegemônica, que estabelece a superioridade do homem ao passo que destina à mulher um lugar de inferioridade e submissão na dinâmica social (FRONZA & COSTA, 2019; PUCCINI *et al.*, 2015). A configuração da dinâmica familiar reserva à mulher o espaço privado, ou seja, o trabalho doméstico, o cuidado dos filhos, do lar e com a família de um modo geral, e ao homem o espaço público nas atividades laborais. Houve mudanças na configuração familiar a partir da Revolução Industrial, quando a mulher passou a assumir atividades remuneradas na esfera pública (RODRIGUES *et al.*, 2017).

Além das iniquidades de gênero, estruturalmente, a sociedade brasileira é caracterizada pela desigualdade socioeconômica entre dois grupos, brancos e negros. Este segundo é marcado por desvantagens históricas construídas a partir da escolaridade e da renda análogas a uma série de outros fatores. A sobreposição dessas variáveis de gênero, raça e classe social dentre outras, exprimem relações sociais de desigualdade às quais se mostram evidentes na pesquisa feita por Picanço e colaboradores (2021) a respeito das percepções sobre os papéis de gênero, a divisão do trabalho doméstico e a articulação do trabalho reprodutivo e do trabalho remunerado.

O estudo de Picanço e colaboradores (2021) revela que a jornada de trabalho da mulher no mercado de trabalho é o elemento crucial para compreender o tempo destinado às tarefas domésticas e cuidados. Na amostra, quanto a presença no mercado de trabalho remunerado homens brancos e homens negros representam respectivamente 74,7% e 68,7%, enquanto das mulheres, 55,1% as brancas, 47,4% as negras. “O ingresso no mercado de trabalho é também parte da necessidade de aquisição de renda para o sustento da família.” Não obstante, as condições de inserção não são as mesmas para mulheres brancas e mulheres negras. Essa afirmativa se justifica por alguns dados apresentados no quadro a seguir (Quadro 3).

Quadro 3. Categorias analisadas, mulheres brancas, mulheres negras.

Categorias analisadas	Mulheres	
	Brancas	Negras
Trabalho doméstico semanal (h)	24,2	27,8
Trabalho doméstico semanal quando exercem atividade laboral (h)	23,9	26
Com filhos sem a presença de cônjuge (%)	24,4	29,5
Possuem 4 filhos ou mais (%)	9,5	28,5
Possuem renda superior a 3 salários mínimos (%)	14,3	0,8

A tabela engloba dados em hora(h) e porcentagem(%). **Fonte:** elaboração da autora 2025.

As mulheres negras gastam, em média, 27,8 horas por semana com o trabalho doméstico e as brancas, em média 24,2 horas. Quando estão empregadas gastam, em média, 26 horas (negras) e 23,9 horas (brancas).

As mulheres negras representam, ainda, o maior percentual de pessoas que têm filhos e não vivem conjugalmente (29,5%), seguidas pelas mulheres brancas (24,4%). Destas, 14,3% das brancas possuem renda individual acima de 3 salários mínimos, das negras esse percentual é de 0,8 %. Também são as mulheres negras que mais declararam ter quatro filhos ou mais 28,5% contra 9,5% das brancas.

Ao analisar outros dados da pesquisa a autora observou que a maior disparidade entre mulheres brancas e negras se manifesta na categoria socio-ocupacional em que estão inseridas. As mulheres negras são mais mal remuneradas, e seus trabalhos são mais precários e menos protegidos. Soma-se a isso, mais horas de trabalho doméstico. Esse trabalho também é executado de forma remunerada, pois as mulheres negras são as que mais exercem ocupações no serviço doméstico 17,6%, às brancas somam 10,1% (PICANÇO *et al.*, 2021). É inegável, portanto, a existência de uma divisão sexual e racial do trabalho que amplia e concentra a sobrecarga de trabalho (doméstico, reprodutivo, remunerado) sobre os ombros das mulheres negras.

Falando sobre a escolaridade, alguns autores a pontuam enquanto precursora da inserção da mulher no mercado de trabalho (BORGES, 2013; PUCCINI *et al.*, 2015). A pesquisa de Borges (2013) fez a análise de discurso de duas gerações de mulheres da classe média do Rio de Janeiro, sobre seus projetos de vida. É importante ressaltar que não há registros no trabalho a respeito de um critério de raça/etnia para a seleção dos sujeitos da pesquisa. O resultado obtido demonstrou que as mulheres da geração mais velhas tinham o casamento enquanto objetivo principal, já as da geração mais nova demonstraram como planos futuros a liberdade individual e realização profissional. Algumas autoras como Puccini e colaboradores (2015) e Fronza e Costa (2019), acreditam que existe um movimento de mudança e um redesenho no cenário social favorecido pelo acesso da mulher a espaços educacionais e ao conhecimento. Esse processo se deu de forma lenta mas teve como influência o movimento feminista na década de 70. Foi possível identificar na fala de uma das mulheres da geração mais velha, incentivo aos estudos, mesmo naquela época:

Minha família incentivava o curso superior. (...) Minha irmã fez Biologia... Mas eu já era mais aquela coisa: “Ah, eu quero ir pra PUC, sabe? Vou fazer História! Não me casei ainda, mas... o que eu queria era casar. Hahahaha. (Francisca, 65 anos, separada, professora de História) (BORGES, 2013, p. 74)

Nessa fala, observa-se que na juventude, Francisca tinha acesso ao ensino superior, supõe-se, que por meio de uma família de classe social mais favorecida, sendo esse um fator determinante não só para o ingresso em uma universidade, mas também para a permanência e conclusão do curso. Por vezes, essa não é a realidade de boa parte da população brasileira, pois, apesar dos avanços, segundo a pesquisa de Picanço e equipe (2021), apenas 8,1% das mulheres negras têm ensino superior completo, ao passo que as brancas representam 23,4%. Levanta-se a hipótese de que além da classe, talvez Francisca tenha uma cor mais favorecida socialmente.

Em um outro estudo feito por Rodrigues *et al.* (2017) é discutido sobre “ser mãe e enfermeira” e os atravessamentos a respeito de gênero e papéis sociais, a partir da análise de conteúdo de entrevistas feitas com enfermeiras que se tornaram mães. Os resultados apontam que algumas mães tiveram uma gravidez planejada após alcançar estabilidade financeira e profissional, as mesmas também falam sobre optarem por cargas horárias de trabalho mais adaptáveis e flexíveis após a gestação. Isso demonstra que houve um planejamento familiar visando uma melhor experiência da maternidade, que nesse caso foi desejada pela mulher ou pelo casal. Tais elaborações se mostram, segundo a autora, enquanto “reflexo de um perfil socioeconômico e cultural diferenciado”.

Apesar de toda a organização para a chegada de um filho, as mulheres relataram uma “crise de papéis” ocasionada pela pressão a respeito do seu desempenho adequado perante múltiplas funções, o qual se demonstra nesta fala:

Mulher quando resolveu ter a independência financeira, teve que escolher por ter essa tripla carga: ser profissional, ser mãe e ser esposa. É uma tarefa difícil! Eu estou aqui, mas estou pensando e articulando algumas coisas em casa, sempre tem que estar organizando melhor o dia (E5). (RODRIGUES *et al.*, 2017, p. 94)

Foi pontuado também pelas mulheres, que a retomada à vida profissional ajuda na conquista da autoestima e melhora o convívio social.

O estudo de Borges (2013) e o de Rodrigues *et al.* (2017) apresentam ideias distintas sobre o desejo das mulheres referente a projeto de vida. Enquanto o primeiro discorre sobre uma população feminina de classe média que almeja liberdade e individualidade, o segundo pontua que as enfermeiras que se tornaram mães almejavam compor família, se casar e ter filhos. O único ponto em comum é que ambos os grupos almejam a realização profissional. É possível que um fator determinante para esse resultado tenha sido a presença de filhos para um grupo e a ausência em outro. Visto que no estudo de Borges (2013), a autora pontua que ter filhos não foi estabelecido como critério de inclusão para a amostra da pesquisa, mas que a participação de pessoas solteiras e sem filhos pode ter influenciado nos resultados.

Ainda, na atualidade a maternidade é vista como “um sofrimento voluntário e indispensável para a mulher normal” e como a “maior experiência amorosa e existencial possível” (PUCCINI *et al.*, 2015). No entanto, o desejo de matinar ou até mesmo o amor materno são um processo de construção social e não estão atrelados à natureza feminina (RODRIGUES *et al.*, 2017). A tarefa de conciliar a ocupação materna e a ocupação laboral requer cada vez mais uma rede de apoio social que conta com uma série de atores, dos quais é possível citar: creches, profissionais e familiares disponíveis (PUCCINI *et al.*, 2015). Na tentativa de ascensão profissional e com esses atores envolvidos no processo de cuidado dos filhos, a violência de gênero atua em relação à emancipação feminina, quando julga cruelmente a mulher por abrir mão da maternidade para se desenvolver profissionalmente. E mesmo quando decide não ter filhos, é rotulada como individualista e ambiciosa. Mediante a esse exposto, cria-se um cenário de pressão que interfere no processo de construção da identidade feminina (PUCCINI *et al.*, 2015).

Nesse ponto é preciso lembrar que a opção de escolher entre o papel de mãe e o papel de trabalhadora é um privilégio não concedido a mulheres pertencentes a classes socioeconômicas menos favorecidas (PUCCINI *et al.*, 2015).

Todas as formas e condições de trabalho aqui citadas influenciam na construção da identidade feminina da mulher negra. No estudo de Fronza e Costa (2019), ao analisarem a identidade da personagem Maria Clara na obra de Carolina Maria de Jesus, entendem que a autora construiu a identidade da personagem a partir da pluralidade de papéis exercidos socialmente pela mulher, papel de mãe, filha, esposa e posteriormente profissional.

As autoras concluíram que a vivência prolongada da mulher sob domínio do patriarcado continua, mesmo após movimentos de resistência das mulheres, esse estereótipo de submissão ainda se mantém até mesmo nas produções literárias, assim como ocorre com a dimensão racial que promove discriminação e permeia a sociedade brasileira. Após mudanças na vida da personagem, as autoras pontuam que a identidade não é fixa e nem permanente, é por sua vez uma “celebração móvel formada e transformada continuamente”. Pontuam ainda, que dentro dos sujeitos há identidades contraditórias que fazem com que assumamos identidades distintas em diferentes momentos da vida, não nos prendendo obrigatoriamente a um “eu” coerente (FRONZA & COSTA, 2019).

Sobre o processo de construção da identidade, Puccini e colaboradores afirmam que o mesmo só acontece de forma saudável, quando o indivíduo está inserido em um contexto de liberdade no qual seja possível exercer os papéis com os quais se identifica. Apesar disso, o contexto patriarcal e capitalista em que se insere a sociedade mantém condições de dominação-exploração por parte do poder masculino, que opera uma “violência simbólica que impregna corpo e alma das categorias sociais dominadas” (PUCCINI *et al.*, 2015).

Essa relação hierárquica tem consequências graves para as mulheres pois:

Esse bloqueio da “liberdade de ser”, que implica identificações coercitivamente impostas, acaba prejudicando o equilíbrio mental do indivíduo, porque tolhe a comunicação dele consigo mesmo. O indivíduo se aliena de si mesmo. As angústias, a rejeição de si se tornam constantes, levando-o, assim, ao sofrimento (SANTIAGO, 2013 p. 13, *apud* PUCCINI *et al.*, 2015).

A partir disso, é possível dizer que a mulher não exerce plenamente o seu poder de escolha a respeito das próprias ocupações e papéis que compõem seu cotidiano e sua vida. Somando-se a isso, o marcador de raça é revelado em um cenário de forte apagamento da identidade e de inviabilidade das condições que favoreçam as escolhas ocupacionais significativas, o que mantém essas mulheres na base do sistema de opressão, dominação e exploração. Nesse contexto, a construção de uma identidade flexível e livre das coerções se torna impraticável.

CONCLUSÃO

O novo modelo social de mulher não agrada aos valores conservadores, não obstante as mulheres continuam caminhando em direção à sua emancipação, mesmo que de forma lenta. Essa caminhada revela uma série de obstáculos ainda maiores se encarada sobre a perspectiva da mulher negra, pois ela carrega simultaneamente o fardo da opressão machista, racista e classista.

Mediante a todos os expostos, entende-se que a discussão a respeito dos mecanismos sociais e culturais que promovem a divisão social do trabalho fomentam a compreensão sobre o processo de construção da identidade da mulher. Esse debate é fundamental para as proposições da atuação profissional da Terapia Ocupacional, que reconhece a influência do contexto cultural sobre a identidade e as escolhas ocupacionais. Os marcadores sociais presentes no contexto de vida de um indivíduo interferem na oportunidade de escolha, na qualidade da participação e na satisfação com o desempenho nas ocupações.

Nesse âmbito emerge o conceito de justiça ocupacional, que defende o direito ocupacional, a oportunidade de acesso e participação diária nas ocupações para todas as pessoas, independente das diferenças (AOTA, 2015).

Desse modo, é esperado que o terapeuta ocupacional reconheça as injustiças ocupacionais geradas a partir das variáveis de gênero e raça e que, mediante a isso, desenvolva uma atuação que considere as vulnerabilidades enfrentadas por essa população. Além disso, o profissional deve ser um agente promotor da justiça ocupacional através do apoio a políticas, leis e ações que ofereçam à mulher, em especial à mulher negra, a oportunidade de escolha para que construa sua identidade com vistas à sua singularidade e que se envolva plenamente nas ocupações que trazem significado e propósito à sua vida.

É possível citar algumas ações e políticas que visam minimizar os impactos desses marcadores sobre a vida das mulheres negras, as quais precisam de aprimoramento e de uma fiscalização mais eficaz para cumprir plenamente seu propósito, como o auxílio-creche ou outros auxílios destinados a mães universitárias,

a reserva de vagas para ações afirmativas em universidades e concursos públicos, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), a Lei da Igualdade Salarial (Lei nº 14.611/2023), que objetiva assegurar mesmo salário entre mulheres e homens para trabalho de igual valor ou mesma função, dentre outras. Ademais, é necessário cobrar das instâncias governamentais a respeito da criação de políticas afirmativas específicas para essa população.

Por fim, é de suma importância a temática abordada no presente estudo, pois traz à luz questões históricas que atingem uma população atravessada por inúmeras iniquidades. Assim, evidencia-se a urgência de produções acadêmicas sobre a temática no âmbito da Terapia Ocupacional com o intuito de promover conhecimento teórico-prático a respeito de práticas antirracistas e antissexistas no território nacional.

AGRADECIMENTOS

Registro minha gratidão a minha família e amigas pelo apoio. Às professoras, a preceptora e orientadora que avaliaram, contribuíram e incentivaram a realização e publicação desse trabalho. Agradeço a mim por não desistir de publicar mesmo após me tornar mãe e viver na pele os desafios apresentados nessa produção. Dedico esse trabalho a todas as mulheres, em especial, mulheres negras que existem e resistem, suas identidades e histórias não podem ser invisibilizadas. Escrevo por resistência, pela transformação social e justiça ocupacional.

REFERÊNCIAS

- BEZERRA WC. **A terapia ocupacional na sociedade capitalista e sua inserção profissional nas políticas sociais no Brasil** [dissertação de mestrado]. Maceió (AL): Universidade Federal de Alagoas; 2011. 165 p.
- BORGES CC. Mudanças nas trajetórias de vida e identidades de mulheres na contemporaneidade. **Psicologia em Estudo**. 18(1), 71-81, 2013.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Emprego doméstico no Brasil é formado por mulheres** [Internet]. [place unknown: publisher unknown]; [updated 2024 Mar.; cited 2025 Jan 06]. Available from: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Marco/emprego-domestico-no-brasil-e-formado-por-mulheres>
- BRASIL. **Lei nº 14.611, de 3 de julho de 2023**. Dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 160, n. 126. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.611-de-3-de-julho-de-2023-494137808>. Acesso em: 16 jan. 2025.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Emprego doméstico no Brasil é formado por mulheres** [Internet]. [place unknown: publisher unknown]; [updated 2024 Mar.; cited 2025 Jan 06]. Available from: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Marco/emprego-domestico-no-brasil-e-formado-por-mulheres>
- BRASIL. **Lei nº 14.611, de 3 de julho de 2023**. Dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 160, n. 126. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.611-de-3-de-julho-de-2023-494137808>. Acesso em: 16 jan. 2025.
- CARNEIRO S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora. 49-58, 2003.
- CARVALHO AI. Determinantes sociais, econômicos e ambientais da saúde. In: Fundação Oswaldo Cruz. **A saúde no Brasil em 2030: prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: população e perfil sanitário**. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde; 2013. p. 19-38.
- CAVALCANTE A, DUTRA FCMS, ELUI M. Associação Americana de Terapia Ocupacional: estrutura da prática da terapia ocupacional: domínio e processo (3. ed.). **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**. 2015.
- DAVIS A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo; 2016.
- DUARTE CL, NUNES IR. (org.). **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.
- FEDERICI S. **O patriarcado do salário**: notas sobre Marx, gênero e feminismo. São Paulo: Boitempo; 2021.
- FRONZA CVS, COSTA ME. A identidade da mulher na obra Pedacos da Fome, de Carolina Maria de Jesus. **Ipotesi**. 23(1), 142-152, 2019.

- GONZALEZ L. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar; 2020.
- HAHN NB, MACHADO MF. Gênero, patriarcado e a violência contra a mulher: a necessidade do reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. In: Bertaso JM. **Cidadania, diversidade e reconhecimento**. Santo Ângelo: FURI; 2012. p. 62-86.
- HOOKS B. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**. (16), 193-210, 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mulheres pretas ou pardas gastam mais tempo em tarefas domésticas, participam menos do mercado de trabalho e são mais afetadas pela pobreza** [Internet]. Rio de Janeiro: IBGE; 2023 [cited 2025 Jan 6]. Available from: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39358-mulheres-pretas-ou-pardas-gastam-mais-tempo-em-tarefas-domesticas-participam-menos-do-mercado-de-trabalho-e-sao-mais-afetadas-pela-pobreza>.
- LAGES SRC, DETONI C, SARMENTO SC. O preço da emancipação feminina: uma reflexão sobre o estresse gerado pela dupla jornada de trabalho. **Estação Científica**. 2023.
- PICANÇO F, ARAÚJO CMO, COVRE-SUSSAI M. Papéis de gênero e divisão das tarefas domésticas segundo gênero e cor no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**. 38, 1-31, 2021
- THEODORO H. Mulheres negras sempre guerreiras. **Revista da ABPN**. 11(28), 15-33, 2019.

